

COLUNA

TRAVESTI PRETA NÃO É BAGUNÇA

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva

Xica Manicongo: o ser travesti na Bahia do século XVI



Foto: Espetáculo Xica, produzido pelo Coletivo Liliths, de Salvador, em homenagem à Xica Manicongo. - Divulgação

Caro/a leitor/a, o ano é 1591, éramos dominados pela Coroa Portuguesa e o Brasil compreendido como um território de domínio ultramarino de Portugal. Se éramos uma extensão do país anteriormente citado, também nos regia as suas leis, mas não os mesmos cuidados humanos. Leis que se encarregavam de nos dizer qual era o modo correto de vestimenta e de conduta a serem adotadas. A exemplo, podemos falar do Código das Ordenações Manuelinas e depois, passando por um processo de substituição, o Código de Ordenações Filipinas. Ambos proibiam expressamente toda e qualquer forma de “inversão” dos gêneros. Nas Ordenações Manuelinas, por exemplo, a sodomia (que tinha lá um quê de enlace com a homossexualidade) era entendida como um crime de lesa-majestade. A pessoa que fosse enquadrada nesse crime e considerada culpada era queimada viva, diante de fiéis que

circundando-a rogavam a Deus, à Virgem Maria e aos santos que fosse banido do meio deles aquele ser criminoso, considerado um energúmeno.

Essa espetacularização do horror era realizada em um auto de fé, na praça pública da cidade. Para coroar a penalidade, a pessoa queimada viva tinha a sua

vida póstuma amaldiçoada e a de sua família até a terceira geração. Você pode se perguntar: mas e os bens dessa pessoa? E os cavalos? E as terras? E a casa caso ela tivesse todas essas posses, para onde ou para quem iria? A resposta é simples: todos os bens da pessoa eram doados, ou melhor, confiscados pela Igreja Católica. Cabe dizer que as Ordenações Manuelinas ainda eram menos taxativas do que as Ordenações Filipinas; esta, no corpo do texto de suas postulações, asseverava que até as roupas, traduzo em minhas palavras, do indivíduo deveriam coadunar com o sexo biológico; ou seja, nasceu com pênis, então vista-se como homem. Nasceu com vagina, vista-se como mulher. Para os/as transgressores/as, a pena era ser degredado por três anos, se homem, e dois anos, se mulher, para fora da cidade. Além disso, o transgressor delatado deveria pagar uma multa ao seu algoz delator.



A militante Majorie Marchi, faleceu em 2016.

É neste cenário de constantes ameaças à vida, à liberdade de ser quem realmente é, de ameaças aos bens conquistados que surge uma das, não direi a primeira, mas uma das primeiras travestis negras que se tem notícia na história do Brasil: Xica Manicongo. Ao chegar no Brasil, Xica foi batizada com o nome de Francisco. Depois passou a se chamar Francisca, nome social atribuído a ela por Majorie Marchi, uma militante travesti negra, então presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA-Rio). A ideia de atribuir-lhe um nome social adveio da necessidade de visibilizar a trajetória de travestis e transexuais que, até os finais do século XX, eram tratadas por historiadores/as, antropólogos/as etc. como pertencentes ao gênero masculino. Hoje, carinhosamente nós a chamamos de Xica! Manicongo pode significar uma, duas, três ou mais de trinta coisas; é um nome que pode ser o que

quiser, tal qual Xica o era. Mas, o sentido que quero trazer para você, leitor/a, é que esse nome era utilizado para se referir aos governantes do Reino do Congo (*Mwene Kongo*), que literalmente pode ser compreendido como Senhor do Congo. No caso de Xica, Senhora do Congo!

Naquela cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, hoje conhecida como Bahia, ou Salvador, a africana escravizada Xica subia e descia as ladeiras da cidade rumo à Cidade Alta; rumo à Cidade Baixa. Ia fazer os mandados de um sapateiro para o qual fora vendida. Xica foi redescoberta pelas pesquisas do antropólogo Luiz Mott, realizadas em documentos oficiais arquivados na Torre do Tombo, na cidade de Lisboa. Manicongo era uma guerreira negra que se vestia com um pano amarrado para frente como a vestimenta dos *quimbanda* de sua terra de origem. Passeava pelos becos apertados da cidade fazendo seu ganho, como disse, a mando do seu senhor, ou atrás de seus companheiros. Xica era muito famosa por ser namoradeira. Entretanto, nem tudo é fácil para uma travesti negra, ainda mais se falamos em século XVI. Não demorou muito para Manicongo ficar entre a cruz e a espada. Matias Moreira, um cristão-velho vindo de Lisboa, não gostava da maneira como Xica se vestia e andava pelas ruas. Mais de uma vez ele ordenou que Manicongo se vestisse como homem e parasse de se vestir como mulher. A travesti não acatou a ordem.

Não durou muito e Matias Moreira deu com os dentes na rua logo assim que houve em Salvador a primeira visita da Inquisição. O boca-de-lata a denunciou à Igreja e Xica foi acusada de ser praticante do crime de sodomia. Para escapar da pena de morte, ela optou por se vestir como homem e aí sim se travestir do que não era. Dali em diante, precisou viver sob constante vigilância da Igreja e de toda a cidade de Salvador. Essa foi mais uma história de negra travesti sufocada pelo Cis-Tema patriarcal e lapidador de corpos. Mas Xica ainda vive no troféu criado pela ASTRA-Rio, intitulado Troféu Xica Manicongo. Em janeiro de 2017, o Coletivo Liliths, que encena peças de teatro na cidade de Salvador, estreou o espetáculo “Xica” para homenagear a mulheridade, a representatividade e a história dessa nossa tão antiga e enigmática Senhora do Congo, de Salvador e das travestis negras do Brasil!

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva



Graduando em Letras – Português/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Professor de Língua Portuguesa na instituição CIEP 026 São Vicente de Paula; Professor de Introdução à Arte Ocidental, na Escola de Artes da Baixada; Pesquisador de Educação e Saúde da população travesti, na Fundação Oswaldo Cruz; membro do Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades (LEGESEX-UFRRJ); membro do grupo de estudos em Gênero, Imagem, Discurso (GEIDIR-UFRRJ); pesquisador institucional da UFRRJ em manuscritos contemporâneos e genética da escrita de Carolina Maria de Jesus; membro da Comissão de Avaliação Própria (CPA) da UFRRJ.